



Universidades Lusíada

Mason, Livia

Soares, Neuzita de Paula

Silva, Marta Angélica Iossi

Lanca, Angelita Marcia Carreira Gandolfi

Os desafios do ensino remoto junto a grupos vulneráveis e as intervenções técnicas do assistente social na educação básica : uma experiência na periferia brasileira

<http://hdl.handle.net/11067/7255>

<https://doi.org/10.34628/cb8v-6a80>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

O contexto pandêmico causado pela COVID-19 transformou de forma severa o modo de vida da população mundial, afetando questões relacionadas à saúde, educação, economia e à sociabilidade. A necessidade do isolamento social levou a suspensão das aulas, requerendo novas estratégias de ensino de forma emergencial. Instituições escolares se reinventaram, professores precisaram se adequar a tal realidade e buscar novas formas de ensinar para atender as necessidades dos estudantes, desafio este, ainda m...

The pandemic context caused by COVID-19 has severely transformed the way of life of the world's population, affecting issues related to health, education, economy and sociability. The need for social isolation led to the suspension of classes, requiring new teaching strategies on an emergency basis. School institutions reinvented themselves, teachers needed to adapt to this reality and seek new ways of teaching to meet the needs of students, a challenge that is even more acute when it comes to S...

Palavras Chave

Ensino à distância - Brasil, Serviço social com crianças - Brasil

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 61 (2023)

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO
JUNTO A GRUPOS VULNERÁVEIS E AS
INTERVENÇÕES TÉCNICAS DO ASSISTENTE
SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
UMA EXPERIÊNCIA NA PERIFERIA BRASILEIRA**

**THE CHALLENGES OF REMOTE TEACHING
WITH VULNERABLE GROUPS AND THE
TECHNICAL INTERVENTIONS OF THE
SOCIAL WORKER IN BASIC EDUCATION:
AN EXPERIENCE IN THE BRAZILIAN PERIPHERY**

Livia Neves Masson

Universidade de São Paulo – USP

Escola Social Marista Ir Rui

ORCID: 0000-0003-0987-7901

Angelita Marcia Carreira Gandolfi Lanca

Escola Social Marista Ir Rui

ORCID: 0009-0002-9267-7934

Neuzita de Paula Soares

Escola Social Marista Ir Rui

ORCID: 000-0001-9255-8906

Marta Angélica Iossi Silva

Programa de Enfermagem em Saúde Pública na Universidade de São Paulo – USP

ORCID: 0000-0002-9967-8158

DOI: <https://doi.org/10.34628/cb8v-6a80>

Data de submissão / Submission date: 16.05.2023

Data de aprovação / Acceptance date: 01.08.2023

Resumo: O contexto pandêmico causado pela COVID-19 transformou de forma severa o modo de vida da população mundial, afetando questões relacionadas à saúde, educação, economia e à sociabilidade. A necessidade do isolamento social levou a suspensão das aulas, requerendo novas estratégias de ensino de forma emergencial. Instituições escolares se reinventaram, professores precisaram se adequar a tal realidade e buscar novas formas de ensinar para atender as necessidades dos estudantes, desafio este, ainda mais agudo quando se trata de grupos socioeconomicamente vulneráveis, que não tiveram acesso às tecnologias da informação e recursos digitais para aulas remotas e a distância. No Brasil, a falta de acesso das populações vulneráveis ao ensino remoto deixou ainda mais evidente a desigualdade social e a falta de comprometimento político com a educação básica de milhões de crianças e adolescentes. Nesse contexto, Assistentes Sociais que atuam em escolas de educação básica, por meio da intervenção profissional, mais do que nunca foram chamados a incidir na viabilização do acesso, permanência e garantia do direito à educação, a partir de um olhar conjuntural e crítico da realidade dos estudantes. Assim, apresentar-se-á um relato de experiência dos desafios do ensino remoto e das intervenções dos técnicos de Serviço Social na educação básica, junto a grupos vulneráveis de uma escola da periferia brasileira. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, utilizando-se a revisão de literatura, pesquisa documental e relatórios profissionais. Verifica-se que os profissionais da escola juntamente com os técnicos do Serviço Social reorganizam seu fazer profissional a partir da realidade dos estudantes, implementando novas estratégias e recursos na materialização de uma práxis comprometida com o direito social à educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação básica; Ensino remoto; Direito; Assistente Social.

Abstract: The pandemic context caused by COVID-19 has severely transformed the way of life of the world's population, affecting issues related to health, education, economy and sociability. The need for social isolation led to the suspension of classes, requiring new teaching strategies on an emergency basis. School institutions reinvented themselves, teachers needed to adapt to this reality and seek new ways of teaching to meet the needs of students, a challenge that is even more acute when it comes to socioeconomically vulnerable groups, who did not have access to information technologies and digital resources. for remote and distance classes. In Brazil, the lack of access by vulnerable populations to remote education has made social inequality and lack of political commitment to basic education even more evident for millions of children and adolescents. In this context, Social Workers who work in basic education schools, through professional intervention, were called more than ever to influence access, permanence and guarantee of the right to education, from a conjunctural and critical perspective of reality of students. Thus, an experience report will be presented on the challenges of remote teaching and the interventions of Social Work technicians in basic education, with vulnerable groups of a school in the Brazilian periphery. This is a qualitative bibliographical study, using literature review, documentary research and professional reports. It appears that school professionals, together with Social Service technicians, reorganize their professional work based on the students' reality, implementing new strategies and resources in the materialization of a praxis committed to the social right to emancipatory education.

Keywords: Basic education; Remote teaching; Right; Social Worker.

Introdução

O aparecimento e a disseminação do coronavírus SARS-CoV-2, doença infecciosa que transmite a COVID-19, foram considerados como emergência de saúde pública em escala internacional, promovendo um contexto de crise sanitária, económica e social em todo o mundo.

Seus impactos obrigaram governos a tomarem medidas rígidas e escolhas entre garantir a preservação da vida e da economia. As recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), se pautavam na observância das medidas de saúde pública e vigilância dos casos, a fim de prevenir infecções e minimizar as implicações do vírus, no entanto, os impactos foram diferentes em cada país, principalmente naqueles ainda em desenvolvimento.

No Brasil, a gestão da crise sanitária foi marcada pela falta de coordenação nacional entre os diferentes níveis de governo, por escasso investimento na saúde pública e em ações de promoção da saúde, poucas medidas protetivas coletivas e individuais, além das reformas trabalhistas e cortes de direitos sociais em meio a pandemia, e implementação de políticas económicas assistencialistas que não conseguiram dar respostas aos reflexos devastadores da crise instalada no país (Fernandes & Tude, 2021).

A política de educação foi especialmente afetada, tendo em conta os desafios de acesso ao ensino remoto, principalmente em territórios periféricos em que grupos em situação de vulnerabilidade tiveram agravamentos nas condições de vida e saúde.

Este artigo busca discutir tais desafios e possíveis intervenções de um grupo de assistentes sociais de uma escola de educação básica alocada na periferia brasileira, onde foram construídas possibilidades de ação junto a educadores, famílias e educandos,

a fim de contribuir para a garantia de acesso ao direito à educação e permanência na escola.

O desafio para a Educação

As desigualdades sociais e o agravamento das assimetrias socioeconômicas causadas pela pandemia, trouxeram impactos visíveis nos grupos mais vulneráveis. Para Antunes (2021), a ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos que já não possuíam recursos mínimos para sobreviver, demonstrou a exorbitante corrosão dos direitos sociais.

Projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), demonstram que entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à situação de pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população), números estes que se devem aos reflexos da crise estrutural instalada no país durante a pandemia.

Segundo Carvalho (2021), a pobreza é a forma mais extrema da desigualdade social, manifesta-se pelo abismo das diferenças entre classes e grupos sociais, sendo o aspecto mais visível da exclusão social. Implica na ausência de recursos materiais para manutenção da vida, além da privação de liberdades e direitos básicos fundamentais.

Dentre as principais privações que acometeram a população brasileira no período pandêmico, destacamos as relacionadas à dificuldade de acesso a serviços de saúde, não acesso a renda, dificuldades de acesso à educação e assistência social.

Em relação a política de educação, apontamos que sendo um país em desenvolvimento, o Brasil está no centro dos interesses hegemônicos do sistema vigente e da globalização, portanto a lógica do mercado possui forte influência sobre a esta política, definindo seus objetivos, metas, e o currículo aplicado nas escolas brasileiras. Nas últimas décadas, contradições e incoerências são percebidas nas políticas educacionais, pois tendem a estruturar uma educação que atenda aos interesses exclusivos do mercado e do capital.

Porém, entendemos a educação como uma dimensão da vida social (Mészáros, 2006), está associada a construção do ser humano e de sua sociabilidade, e deve estar pautada pelos interesses sociais e voltada à formação emancipatória e cidadã.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, prevê a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ou seja, trata-se de um direito civil e político inalienável, garantido a todos os cidadãos brasileiros, considerada de forma ampla, pois abrange todos os processos formativos que se desenvolvem na vida social, familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Percebe-se o caráter emancipador da educação, ou seja, uma educação que possibilita aos atores sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano, mas também que tem como estratégia a ampliação e consolidação dos direitos sociais e o respeito à diversidade humana, reconhecendo os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas.

Por sua vez, a escola torna-se espaço privilegiado de desenvolvimento, formação e aprendizagens, mas também é um espaço lócus de expressão da questão social, ainda mais quando se trata de territórios socialmente vulneráveis.

Durante a pandemia, houve a necessidade do isolamento social e paralização das aulas presenciais, fato este que explicitou ainda mais problemáticas já existentes, principalmente em contextos vulneráveis.

A perda de rendimentos, o desemprego em massa, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, reformas trabalhistas, e o aumento da inflação e dos juros do mercado, evidenciaram problemáticas nas condições materiais de sobrevivência da população.

Alie-se a isso as enormes desigualdades educacionais que já existiam no país, com escolas precarizadas e investimentos esparsos e equivocados na formação docente. As soluções encontradas pelo sistema público basearam-se em “respostas rápidas e superficiais para questões altamente complexas” (Ferreira & Barbosa, 2020, p.8), as quais, em sua maioria não atenderam às expectativas, não somente pelas precariedades e exclusão digital, mas também pela opção metodológica do modelo um digital e solitário de estudos, que não considera, as condições concretas, os espaços, as relações e subjetividades dos estudantes.

A problemática da exclusão digital foi latente, pois houve a dificuldade de acesso dos alunos a recursos necessários para o pleno usufruto da educação, como equipamentos tecnológicos e conectividade à internet, fato este causado tanto pelo descaso do governo em fornecer recursos aos estudantes, tanto pela dificuldade financeira de milhares de famílias em adquirir meios digitais para as aulas remotas.

As desigualdades ficaram ainda mais escancaradas e as disparidades educacionais que vinham sendo combatidas voltaram a patamares alarmantes, já que segundo o Censo Escolar Brasileiro, 82,9% dos estudantes estavam alocados em escolas públicas e muitas em locais periféricos sem acesso ao sistema remoto (BRASIL, 2022).

Diante de tantos desafios postos ao período do isolamento social, foi necessário voltar a discutir a questão da relação da escola com a exclusão social. Algumas questões ficaram latentes e foram transformadas em perguntas: De que forma a escola pode contribuir para o acesso à educação dos alunos mais vulneráveis? Quais as possíveis intervenções para contribuir na viabilização do direito ao aprendizado?

Ora, é importante destacar que a escola tem papel fundamental na sociedade e é vetor de transformação social, porém possui limitações no combate à exclusão social, já que esta advém de raízes estruturais no conjunto da sociedade, e sua redução está diretamente ligada a mudanças no sistema social vigente e no modo de regulação e distribuição da riqueza (Mészáros, 2006).

Conforme Sarmiento (2005), foi necessária a busca por utopias realizáveis, ou seja, por ações e estratégias possíveis dentro da escola, ligadas a efetivação de direitos de cidadania ativa pelos alunos.

Prática Profissional do assistente social na escola

Na busca pela (re)significação da ação educativa em tempos de pandemia, os assistentes sociais de uma escola da periferia precisaram reorganizam seu fazer profissional em consonância com o projeto ético-político da categoria (Guerra, 2015).

Trata-se de uma escola filantrópica subsidiada por uma instituição centenária que atua em mais de 80 países, tem como missão promover uma educação de excelência e inclusão social por meio do resgate da cidadania, da autoestima, da dignidade e da justiça, mediante novos caminhos de educação e solidariedade. Visa a formação de sujeitos críticos e de líderes atuantes na construção de um mundo mais justo e fraterno.

Está alocada em um território da periferia brasileira, com índices de violência e altos demonstrativos de pobreza e pobreza extrema entre a população. Diariamente, a escola realiza média de 900 atendimentos na educação básica e outros 400 em contraturno escolar. A escola é reconhecida como social, porque a legislação brasileira abarca a possibilidade de instituições privadas, sem fins lucrativos, concederem bolsas de estudos para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A estrutura organizacional da escola possui, dentre outros profissionais, a direção, coordenadores e docentes, e uma equipe de atuação psicossocial composta por psicólogo e assistentes sociais. Na organização dos processos de trabalho, os assistentes sociais materializam sua prática nas seguintes ações: orientação e indivíduos, grupos e famílias; realização de estudos socioeconômicos para reconhecimento da realidade social da população; visitas técnicas e domiciliares; articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, elaboração e formulação de pareceres sociais, laudos, projetos e relatórios, articulação e implementação de projetos inter-

disciplinares focados na matricialidade sociofamiliar, elaboração e execução de serviços e programas institucionais, dentre outras.

Atualmente a escola possui três assistentes sociais, que organizam suas rotinas em períodos diferentes para acompanhamento específico de cada segmento escolar. Há a garantia de reuniões específicas entre técnicos do serviço social, entre técnicos do serviço social com a psicologia, do serviço social com equipe de coordenação e direção escolar, e do serviço social com docentes e demais colaboradores.

Em geral, as escolas brasileiras foram marcadas pelo fechamento total em março de 2020, e diante da impossibilidade de realizar aulas presenciais, o sistema educacional procurou se mobilizar rapidamente para atender a demanda e oferecer novas possibilidades de manter o ensino, ainda que a distância e por meio de tecnologias de informação e comunicação (TDIC), tais como, aplicativos e plataformas digitais, uso de redes sociais ou a entrega de material impresso, aulas via rádio em áreas rurais como também aulas televisionadas.

Neste contexto adverso, a escola social teve o desafio de se reinventar não só no âmbito pedagógico, mas a equipe do serviço social também foi levada a reavaliar as possibilidades de trabalho e pensar estratégias diferenciadas, adequando-se às necessidades de saúde, a fim de dar respostas tanto ao novo delineamento da instituição, quanto das demandas individuais e coletivas dos educandos e suas famílias.

Dentre as estratégias que a instituição adotou, foi a adaptação aos meios de comunicação e criação de um canal de comunicação utilizado entre a escola, educandos e famílias. Através de um aplicativo de mensagens instantâneas, as mensagens recebidas eram triadas pelo técnico de informática da escola, e enviadas às respectivas equipes, sendo alta a demanda de mensagens para o serviço social logo nas primeiras semanas.

Segundo o mapeamento realizado pela equipe psicossocial, nos primeiros 6 meses de paralisação total das aulas, a equipe recebeu média de 596 chamados de educandos e suas famílias, ou seja, quase 67% das pessoas atendidas requereram algum tipo de

apoio e suporte à equipe (dados internos). A busca por auxílio e orientações sobre programas e benefícios assistenciais oferecidos tanto pela escola, como por parte do governo estadual e federal, foram as principais demandas.

A existência de outras demandas dos estudantes e famílias também foram acolhidas, como relatos de dificuldades econômicas, desemprego, pessoas adoecidas e contaminadas pela Covid-19, óbitos, exposições a diversas violências, situações risco social dos educandos, dificuldades de acesso e recebimento dos auxílios emergenciais aprovados pelo governo, questões de saúde mental, fragilidades de vínculos e conflitos familiares, mudanças de endereço, abandono escolar, e dificuldades de acesso a ferramentas adequadas para acompanhar as aulas remotas.

Em relação ao acesso às tecnologias, a instituição orientou que a escola realizasse aulas online ao vivo, que seriam gravadas em software de trabalho híbrido, para acesso dos estudantes em qualquer momento. Porém após um mapeamento escolar, percebeu-se que apesar da maioria dos estudantes informarem ter acesso à internet, este se dava em condições restritas através de telefone celular e com dados limitados de rede móvel e pré-pago. Somente 18% dos estudantes conseguiam efetivamente acessar as plataformas e aulas online (dados internos).

Além disso, é importante destacar a desigualdade de acesso às tecnologias, haja vista que a maioria dos estudantes não possuía equipamentos de informática como notebook, computadores, tablets, devido a limitação do poder de compra e impactos econômicos que a pandemia gerou nas famílias, principalmente as mais vulneráveis.

Destaca-se também a situação de estudantes e famílias que não conseguiam contato com a equipe escolar, devido a não possuir ferramentas digitais e recursos econômicos para recarregar plano de dados de internet no celular, sendo este um grande desafio para a equipe do serviço social, já que uma de suas atribuições foi trabalhar para a não evasão e abandono escolar.

Tais dados foram elementos importante para que o serviço social e a gestão escolar repensassem as estratégias de acesso dos

estudantes ao conteúdo ministrado nas aulas. Em levantamento realizado pela equipe, verificou-se que as famílias com maior dificuldade de contato com a escola, eram aquelas mais vulneráveis e já acompanhadas sistematicamente pelo serviço social e equipe pedagógica. Algumas estratégias diferenciadas para estes casos foram realizadas como, encaminhamentos para a rede socioassistencial a fim de apoio financeiro e recursos materiais, atendimentos presenciais seguindo as normas do Conselho Federal de Serviço Social, Instituição escolar e Órgãos de Saúde, suporte econômico oferecido pela escola através de produtos alimentícios e produtos de higiene e limpeza. Quanto as questões escolares, foi realizada a entrega de atividades pedagógicas impressas àqueles que não possuíam acesso à internet e disponibilização de colaboradores da equipe pedagógica para plantão de dúvidas e reforço escolar.

Uma outra estratégia criada pela equipe escolar, foram ações de cunho socioeducativo, como reuniões com famílias e atividades lúdicas realizadas por meio de lives, pequenos vídeos e flyers divulgados nas redes sociais da escola. Temas como autocuidado, violência doméstica, saúde mental, orientações sobre serviços e benefícios, e informações sobre atendimentos da rede socioassistencial e intersetorial foram abordados sistematicamente pelo serviço social. Além disso, a equipe do serviço social participou ativamente das reuniões pedagógicas realizadas com a comunidade educativa, realizando formações, orientações e reflexões sobre as necessidades, demandas e problemáticas do período vivido.

A atuação do Serviço Social, foi decisiva, nas articulações internas e externas da escola, incidindo por meio de dados sociais, na definição do orçamento da escola e organização de campanhas e ações territoriais de combate a fome.

A articulação em rede foi uma outra ação de grande engajamento da equipe, pois necessitou de suporte constante às diversas demandas e necessidades dos estudantes e suas famílias, sendo intensos os encaminhamentos, elaboração de relatórios, estudos de caso, conferências de caso, envio de documentos a determinações judiciais, e discussão com a rede pública sobre serviços emergenciais oferecidos à população.

Considerações Finais

O contexto de calamidade pública causado pela pandemia, requisitou ao serviço social pensar e executar novas estratégias de atendimento às necessidades peculiares de estudantes e suas famílias, algumas já existentes e outras ainda a serem conhecidas.

A pobreza e a desigualdade social voltaram a apresentar número alarmantes e escassas medidas eficazes foram tomadas pela gestão do país, afetando diretamente a manutenção da vida e de necessidades básicas da população brasileira. Os grupos mais vulneráveis economicamente ficaram ainda mais expostos aos agravamentos da crise social, econômica e política vivida no país. A exclusão social mostrou-se bruta e com sinais ainda evidentes nos dias de hoje.

Entendemos a educação como fundamental para construção da sociabilidade humana, e a escola como espaço privilegiado para formação da cidadania, deve ter caráter emancipador e ser compreendida como um direito civil inalienável, oferecido a todos os cidadãos independentes de classe, raça, gênero e lugar.

A paralisação das aulas presenciais afetou diretamente a relação da escola com estudantes e suas famílias, o risco de evasão e abandono escolar voltou a ser uma preocupação no país, famílias foram atingidas diretamente na questão econômica e passaram a estar na linha da pobreza, a disseminação do vírus e altos índices de contaminação adoeceram e levaram milhares a óbito, e a dificuldade de acesso ou não acesso a recursos digitais foram fatores culminantes para o distanciamento de estudantes e famílias à escola.

As equipes escolares tiveram que assumir os desafios postos em seu cotidiano e pensar ações efetivas de permanência e acesso a escola. Assim, o serviço social reconfigura e reorganiza sua atuação em consonância com o projeto ético-político profissional, visando uma práxis comprometida com o direito social à educação emancipatória, e trabalhando para a garantia do acesso, permanência de estudantes na escola.

Referências Bibliográficas

- Antunes, R. (2021). O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. *O Social em Questão*, 24(49), 111-121. <https://doi.org/51114/51114>.
- Ferreira, L. H., & Barbosa, A. (2020) Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. *Revista Práxis Educativa*, [S. l.], 15 15, 1-24. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15483.076>
- Constituição Federal – Lei de 5 de outubro de 1988. Senado Federal.
- Leis de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro. Senado Federal, 1.^a série – Nº 11.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas.
- Carvalho, H. M. (2021). Desigualdades sociais e estratégias de sobrevivência em grupos especialmente vulneráveis. *Intervenção Social*, n.57/58, 215-228. <https://doi.org/10.34628/ypa0-r252>.
- Fernandes, A. S. A., & Tude, J. M. (2021). *A pandemia de covid-19 no Brasil e o falso dilema economia x saúde*. EDUFBA.
- Guerra, Y. (2015). *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Lumen Juris.
- Mészáros, I. (2006). A educação para além do capital. Boi Tempo.
- Sarmiento, M. J. (2005). Crianças: educação, culturas e cidadania activa. *Perspectiva*, 23(01), 17-40. <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- World Health Organization. (2020). *Strategic preparedness and response plan (SPRP)*. WHO. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/srp-04022020.pdf>